

O PERFIL DOS ALFABETIZADORES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA) DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS – AL.

Gleber Glaucio do Nascimento Soares da Silva¹
Cristiane de Castro Laranjeira Rocha²
Álvaro Leiva dos Santos³
Anderson Wesley de Almeida Souza⁴
Vanessa Lima Moreira de Cerqueira⁵

RESUMO

Durante muito tempo, negou-se ao público jovem e adulto o direito a educação e o exercício da cidadania, no entanto, ainda temos práticas e discursos distorcidos no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, observa-se que ao invés de instituir políticas públicas no sentido de fortalecer a EJA enquanto modalidade de ensino, o Estado tem apostado em Programas de Alfabetização de curta duração, sem preocupar-se com a permanência dos/as alfabetizando/as na escola e com o sucesso escolar das pessoas que a frequenta. Esta pesquisa apresenta como objetivo conhecer o perfil dos alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado no município de São Miguel dos Campos/AL no período de 2022 e 2023. Fazendo um resgate histórico da Educação de Jovens e Adultos e do Programa Brasil Alfabetizado no Brasil. No percurso metodológico foi utilizada a pesquisa qualitativa, com intuito de produzir fontes sobre o objeto investigado e dialogar com elas. As informações levantadas proporcionaram o contato direto entre sujeito e objeto, de forma a explorar os dados que estão eminentemente vinculados com a realidade investigada, com caminhos trilhados em um levantamento bibliográfico e a aplicação de um questionário utilizando o aplicativo Servey Monkey para WhatsApp. Os dados foram coletados junto aos alfabetizadores e analisados pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), evidenciando que o perfil dos alfabetizadores continua sendo o mesmo de anos atrás.

Palavras-chave: Programa Brasil Alfabetizado; Alfabetizadores; Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado por meio do Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, que instituiu, também, a Comissão Nacional de Alfabetização, porém esse

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, gleberglaucio@gmail.com;

² Mestra em Química Orgânica e Biotecnologia, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, cclroch@gmail.com;

³ Especialista em Administração Pública, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – projectoespecializada@gmail.com;

⁴ Mestrando em Direito Público Educacional, Centro Educacional Renato Saraiva - CERS – andersonwesney@gmail.com;

⁵ Especialista em Metodologia de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Universidade Federal de Alagoas - UFAL – vanessalimacerq@gmail.com;

foi revogado pelo Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, o qual reorganiza o Programa e dá outras providências. Igualmente, a Resolução MEC/ FNDE/CD nº 033, de 03 de julho de 2007, determina os critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal. Desta forma, está posto o ordenamento jurídico que dá aos estados e municípios autonomia para formularem, construir seus próprios programas de alfabetização para jovens e adultos de quinze anos ou mais.

A EJA no contexto do direito à Educação tem sido, historicamente, relegada a um plano secundário pelas políticas públicas, ou seja, se reconhece como políticas públicas ações que “transparecem em marcos legais, operacionais e políticos voltados à EJA como modalidade da educação básica” (MACHADO, 2009, p.18).

Dessa forma, a lei ampliou o dever do Estado para com a EJA, escrevendo sobre a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, mas o que se observa é que este direito continua sendo negado na prática. A escolarização no Brasil, após a Lei de 1988, conforme Haddad (2012, p.218), tem conseguido oferecer vagas no ensino público a um enorme contingente de pessoas. No entanto, a quantidade não veio acompanhada da qualidade e universalidade da oferta e, principalmente, não foram criadas “as condições necessárias para fazer da educação um forte instrumento de justiça social”.

Durante muito tempo foi negado ao público jovem e adulto o direito a educação e o exercício da cidadania. Após um conjunto de lutas contra o analfabetismo no Brasil entre as décadas de 50 e 80 instituiu-se O Direito de Todos pela Educação, no entanto, ainda temos práticas e discursos distorcidos no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos – EJA. Assim, observa-se que ao invés de instituir políticas públicas no sentido de fortalecer a EJA enquanto modalidade de ensino, o Estado tem apostado em Programas de Alfabetização de curta duração, sem preocupar-se com a permanência dos/as alfabetizando/as na escola.

Este trabalho de pesquisa é resultado dos estudos realizados pelos técnicos SEMED e está inserido em uma das preocupações desta Instituição em fortalecer os discursos e práticas pedagógicas acerca da garantia de políticas públicas para EJA no município.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com intuito de produzir fontes sobre o objeto investigado e dialogar com elas. As informações levantadas proporcionaram o contato direto

entre sujeito e objeto, de forma a explorar os dados que estão eminentemente vinculados com a realidade investigada.

A pesquisa se deu através da aplicação de dois questionários estruturados através do aplicativo Servey Monkey, que procuraram descrever o perfil dos alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado, localizado no município de São Miguel dos Campos, AL.

A amostra pesquisada foi constituída por trinta e sete (37) alfabetizadores das turmas formadas no período de outubro de 2022 à abril de 2023, estas turmas totalizavam na matrícula inicial, quinhentos e cinquenta e cinco (555) alfabetizandos, uma média 15 alunos por turma. Esses dados foram analisados e estruturados pelos técnicos da SEMED, objetivando fazer um perfil dos alfabetizadores que estão trabalhando no Programa Brasil Alfabetizado e como o mesmo tem acontecido no município.

Utilizou-se o questionário com questões fechadas e uma aberta com objetivo de traçar o perfil dos Alfabetizadores envolvidos com o Programa Brasil Alfabetizado.

As perguntas que constituíram as entrevistas foram estruturadas seguindo os seguintes critérios: gênero, faixa etária, estado civil, formação acadêmica, situação funcional antes do programa, participação na formação continuada, os desafios enfrentados no programa, recursos tecnológicos utilizados, entre outras informações coletadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No Brasil a Educação de Jovens e Adultos (EJA) viveu um processo de amadurecimento que transformou a compreensão que tínhamos há pouco tempo atrás. Num sentido amplo a educação para adultos foi ofertada no Brasil no período colonial com características bem distintas dos dias atuais, ofertada para índigenas e escravos com intenção de catequisar sendo realizada por missionários portugueses da igreja católica.

Muito embora a educação de adultos finque suas origens ainda no período jesuítico, o nosso foco de estudo tem como base o momento em que esta começa a se consolidar dentro do sistema público de educação elementar no país, cujo marco histórico delimita o seu lugar a partir da década de 30. Neste período a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. (BRITO, p.36-37, 2011).

Segundo Gadotti e Romão (p. 42, 2011) até os anos 40 a educação de adultos era concebida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Era entendida

como democratização da escola formal.

Frente aos índices de analfabetismo no país (60%), a educação de adultos passa a ter relevância e certa independência a partir da criação de um fundo destinado à alfabetização e à educação da população analfabeta. (Haddad & Pierro, p. 112, 2000).

Foi instituído em 1945, o fundo de escolarização de jovens e adultos, no qual foi regulamentado e sendo destinado a adolescentes e adultos analfabetos.

O final da década de 50 e início da década de 60 merece uma atenção para a atuação de Paulo Freire, que realizava diversos estudos, muitos de seus pensamentos foram destaques, numa nova visão do pensamento pedagógico.

Nesta época o paradigma aceito era o de que o analfabetismo era a causa da situação econômica, social e cultural em que o país vivia, nasce a ideia de um programa permanente da alfabetização, tentando sanar o problema da educação de adultos, mas com os mesmos moldes da educação primária, o adulto era considerado uma pessoa ignorante.

Embora a mobilização em favor da educação dos adultos tenha realmente se intensificado a partir de 1962, encontramos em todo período 1958/64 algumas características que se manterão estáveis e que atravessam mesmo o período subsequente. Uma delas refere-se ao preconceito contra o analfabeto. [...] com os movimentos voltados para a promoção da cultura popular, valorizando as expressões artísticas e culturais do povo, o combate ao preconceito torna-se mais compacto e o sistema Paulo Freire – desenvolvido a partir do conceito antropológico de cultura [...] (PAIVA, p. 233, 2003).

No fim da década de 60 o governo militar era persistente nas campanhas da Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã) e o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), segundo Paiva (p. 320, 2003), criado pela Lei n. 5379 de 15 de dezembro de 1967, o MOBREAL sucedeu a mobilização observada nos meses anteriores em relação ao problema da educação dos adultos.

Na década de 70, o MOBREAL chegava com a promessa de finalizar o analfabetismo, que num prazo de 10 anos de sua existência iria resolver o problema que era considerado uma decepção nacional, sem participação de educadores e da sociedade brasileira e sem nenhuma organização pedagógica.

Foi em 1971, com a publicação da LDB 5692/71, que a educação de adultos foi instituída para além da alfabetização, regulamentada pelo Parecer 699, com o objetivo de suprir a escolarização regular para jovens e adultos que não haviam concluído seus estudos na idade regular. Este foi um grande avanço na direção de universalizar o atendimento escolar para os níveis fundamental e médio, até então não contemplados pelo Poder Público. (BRITO, p. 39, 2011).

Na década de 80, o marco principal foi à promulgação da Constituição Federal de 1988, que tinha como meta acabar com o analfabetismo num prazo de 10 anos, tendo como a maior responsável a Fundação Educar pelas execuções das tarefas junto ao Ministério da Educação

(MEC). Foi também convocados nesse período uma comissão que tinham especialistas que desenvolveram várias pesquisas e trabalhos voltados para EJA.

Década de 90, umas das primeiras medidas tomadas neste período foi à extinção da Fundação Educar, que causou grandes transtornos para entidades e instituições que tinha convênio com a fundação. Na mesma década a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394, após oito anos de discussões e tramitação foi aprovada em 1996, trazendo uma seção dedicada a educação de jovens e adultos, que incorporava várias contribuições das entidades civis e educadores de todo o país.

[...] a LDB 9.394/96 vem conferir à EJA uma nova identidade, incluindo-a como uma modalidade da educação básica.

A CF/88 já prenunciava essa concepção, quando, no art. 208, inciso I, garantia como dever do Estado “*ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria*”.

Em se tratando da EJA, posteriormente, a Emenda Constitucional nº 14/96, encaminhada pelo Congresso Nacional ao Poder Executivo e sancionada em setembro de 1996, modificou a redação do inciso I, alterando o espírito da redação original, inscrevendo no texto constitucional “*ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta gratuita para os que a ele não tiveram acesso na idade própria*”.

Se por um lado o art. 208, em seu inciso I, exclui o princípio da obrigatoriedade para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, por outro, a nova redação do art. 60, exclui as matrículas da EJA para composição do FUNDEF. (CARLI, p. 64, 2004).

Aconteceu o surgimento de vários programas de financiamento na implantação de projetos, tendo como objetivo a alfabetização com ajuda da sociedade civil, dos movimentos sociais e as instituições de ensino. O Programa de Alfabetização Solidária (PAS) deu uma contribuição as zonas urbanas de baixa renda.

Neste sentido, a proposta política que privilegiava a constituição de Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos representou um importante marco nesta direção, visto que vislumbrava possibilitar melhor compreensão dos dados hoje dispersos em estados, regiões, municípios, bairros e comunidades. (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, p. 48, 2017).

Nesta década, lançou-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) pelo governo federal que no início se caracterizava por ser mais uma campanha que previa o trabalho voluntário com a intenção de acabar com o analfabetismo no tempo de quatro anos, que no nosso cenário mostrava 20 milhões de pessoas.

O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Em Janeiro de 2003, o Ministério da Educação criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo – SEEA, como órgão responsável em subsidiar e elaborar a política de Programas de Alfabetização, para atender a pessoas jovens e adultas que não tiveram



acesso à escolarização na infância, cujo objetivo específico era abolir o analfabetismo no Brasil, até o ano de 2006, as atribuições da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo eram:

- ✓ Planejar, orientar e coordenar o Programa Brasil Alfabetizado, em escala nacional, dando-lhe suporte logístico na implantação das políticas para alfabetização de adultos, por meio de cooperação técnica e financeira, visando a garantir a equidade da oferta de ensino e permanência do aluno no programa;

- ✓ Assegurar o acesso aos programas de combate ao analfabetismo a todo cidadão não participante do ensino regular e desenvolver ações que possibilitassem a redução dos índices de evasão dos programas de alfabetização, em diferentes modalidades e em diversas regiões do Brasil;

- ✓ Promover a integração do Programa Brasil Alfabetizado com as demais Secretarias do Ministério, com diferentes iniciativas, públicas e privadas.

O Programa Brasil Alfabetizado estabelece convênios com quatro tipos de parceiros: Estados, Municípios, Organizações Não Governamentais - ONGs e Instituições de Ensino Superior – IES, priorizando parcerias com entidades que já desenvolviam ações de EJA e, para essas entidades conveniadas, o MEC repassava o valor de R\$ 15,00, por mês, ao alfabetizador, por alfabetizando matriculado, em caráter de bolsa de ajuda de custo. Para as ações de capacitação dos alfabetizadores, era repassada a quantia de R\$ 80,00, por alfabetizador capacitado.

As ações dessa Secretaria se iniciaram com a implantação do Programa Brasil Alfabetizado que, idealizado como política pública pela União foi apresentada à sociedade brasileira como uma das metas prioritárias do Governo do Presidente Lula da Silva, em reconhecimento de que o acesso à educação básica é direito de todos.

A proposta do Governo resume-se a uma ação conjunta entre Governo Federal, Estados, Municípios, empresas, organizações não governamentais, organismos internacionais e instituições civis, desde que comprovem experiência na área de alfabetização de jovens e adultos. (GARCIA, 2006, p. 76).

A proposta política do governo cumpre, assim, as determinações do Artigo 214 da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece o Plano Nacional de Educação, com duração plurianual, que objetiva a articulação e o desenvolvimento do ensino em diversos níveis, incluindo, então, a erradicação do analfabetismo nas ações do Poder Público.

Com a responsabilidade e a coragem de enfrentar o desafio de alfabetizar aproximadamente 20 milhões de brasileiros, o Senador Cristóvão Buarque assumiu a pasta do

Ministério da Educação e Cultura, anunciando três grandes prioridades em sua gestão: Erradicar o Analfabetismo, Criar Escola Básica Ideal e reformular o Ensino Superior.

Uma pesquisa qualitativa foi realizada em junho de 2003 em sete localidades do país, sendo elas: Marabá-PA, Arapiraca-AL, Caxias-MA, Cáceres-MT, Teófilo Otoni-MG, Ribeirão das Neves-MG e Foz do Iguaçu-PR e serviu como instrumento norteador das ações a serem implementadas pelo Programa Brasil Alfabetizado.

A SEEA tinha como meta alfabetizar três milhões de pessoas em 2003, seis em 2004 e também seis em 2005 e cinco milhões em 2006. Dessa maneira, vinte milhões de pessoas seriam alfabetizadas.

Como estratégia para encontrar as pessoas que precisariam ser alfabetizadas, o então ministro na época, Cristóvão Buarque, pretendia fazer um rastreamento entre os pais dos alunos que se beneficiavam da Bolsa-Escola, os trabalhadores rurais aposentados e os recrutas inscritos para o Serviço Militar.

Era também intenção do ministro criar a Bolsa-Alfa, para oferecer uma ajuda financeira de R\$100,00 aos alfabetizadores, por aluno alfabetizado. Já aos alfabetizandos que, por meio de uma redação, comprovassem a sua aprendizagem, era sua pretensão, também, oferecer uma gratificação.

Os alfabetizadores seriam os professores de escolas públicas que trabalhariam em turno inverso ao da escola. Essas eram as projeções do ministro, que vislumbrava grandes possibilidades de diminuir os índices de analfabetismo no Brasil, em um curto período de quatro anos. No entanto, estas propostas, na época, não chegaram a se concretizar, visto que, logo em seguida, o Ministro Cristóvão Buarque deixou o ministério, assumindo em seu lugar o Ministro Tarso Genro.

Ao longo dos seus 10 anos, o Programa Brasil Alfabetizado tem passado por inúmeras reformulações. Algumas delas superficiais outras mais profundas, porém nenhuma delas dá sinais que o programa chegará ao seu fim num futuro próximo apesar dos documentos das Conferências Nacionais de Educação (CONAE), da CNAEJA, dos Fóruns de EJA do Brasil e dos acadêmicos apontarem, de certa forma, em outra direção.

As reformulações incluem desde a flexibilização da oferta e tempos de alfabetização até as parcerias restritas aos entes da federação. De todas as edições/ciclos do PBA, a Resolução CD/FNDE n° 33, de 3 de julho de 2007 traz as mudanças mais significativas para o programa.

Vale ressaltar que a resolução mais atual que está regendo o período de 2022 e 2023 é a Resolução CD/FNDE n.º 5, de 27 de junho de 2022, que estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos Entes Executores do estado de Alagoas e para o

pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no Programa Brasil Alfabetizado no ciclo piloto do ano de 2022.

Parágrafo único. O ciclo do ano de 2022 do Programa será executado em um formato piloto apenas no estado e nos municípios de Alagoas, a Unidade da Federação que apresentou a menor taxa de alfabetização da população de 15 (quinze) anos ou mais no Censo de 2010, conforme detalhado no Manual do Programa Brasil Alfabetizado. (UNIÃO, 2022, p. 1).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados iniciou-se com o propósito de identificar o perfil dos trinta e sete (37) alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado. Após a aplicação do questionário e a consolidação das respostas, esses dados foram analisados.

O questionário foi aplicado utilizando o aplicativo Survey Monkey para WhatsApp, onde o alfabetizador deveria responder questões referentes a gênero, faixa etária, estado civil, raça, escolaridade, renda, situação funcional, entre outras informações.

Do questionário enviado para o grupo de 37 alfabetizadores, tivemos devolução de 81% da amostra. O gênero predominante é do sexo feminino com 93% e 7% masculino. Na faixa etária dos(as) alfabetizadores(as), usamos uma escala de 18 anos a mais de 48 anos indicando uma dispersão razoável de quatro (4) anos de idade dos alfabetizadores. Destes alfabetizadores, têm predominância as faixas etárias de 33 a 37 e 38 a 42 anos com 20,0%, tendo também de 28 a 32 anos e mais de 48 anos, 17%, nas idades de 18 a 22 anos e 23 a 27 anos de 10% e com a menor incidência as idades entre 43 a 47 anos com 6% dos alfabetizadores.

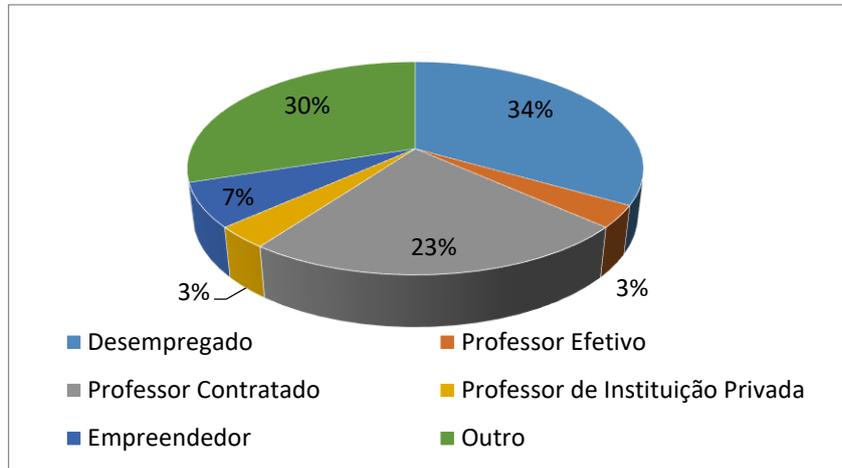
Quanto ao estado civil dos alfabetizadores, 55% são casados, 38% são solteiros, união estável 4% e divorciado 3%. Referente à raça, 70% dos alfabetizadores se declaram pardos, 14% brancos, 10% pretos, 3% indígena e amarela. No nível de escolaridade destes alfabetizadores ficaram assim distribuído: 44% têm o Ensino Superior Incompleto, 23% têm apenas o Ensino Médio, 20% têm Ensino Superior Completo em Licenciatura, 7% possuem Especialização – Pós-graduação e Magistério (Ensino Médio) e Mestrado correspondem a 3% dos alfabetizadores.

Com relação a renda familiar 34% dos alfabetizadores recebem entre um a dois salários mínimos, 20% recebem mais de dois salários, 23% recebem um salário mínimo e menos de um salário mínimo são 23%.

Quanto à situação funcional antes do Programa, 34% dos alfabetizadores estavam desempregados, 30% trabalhavam em outras profissões, no qual podemos citar: Assistente de

Logística, Apoio Educacional, Auxiliar de Sala, e Técnico de Alimentação Escolar. Além de 23% atuarem como Professor contratado no município, Empreendedores 7%, e Professores efetivos e de Instituições Privadas somam 3%, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Qual a sua situação funcional antes do Programa Brasil Alfabetizado



Fonte: Própria Autoria

Com relação à carga horaria trabalhada pelos Alfabetizadores, vale destacar que na sua maioria trabalham 40h que corresponde a 27%, os que fazem 30h e 50h semanais representam 20% de cada carga horaria, tem também aqueles que trabalham 25h com 17%, 20h com 10% e 60h com 6%.

No que se refere a qual motivo o Alfabetizador resolveu participar do programa (Gráfico 2), 46% afirmam que sua motivação foi poder ajudar as pessoas com sua prática pedagógica, 31% na questão da melhoria da renda familiar, 15% para ter uma valorização profissional no seu currículo e 8% porque tiveram dificuldade em encontrar um emprego.

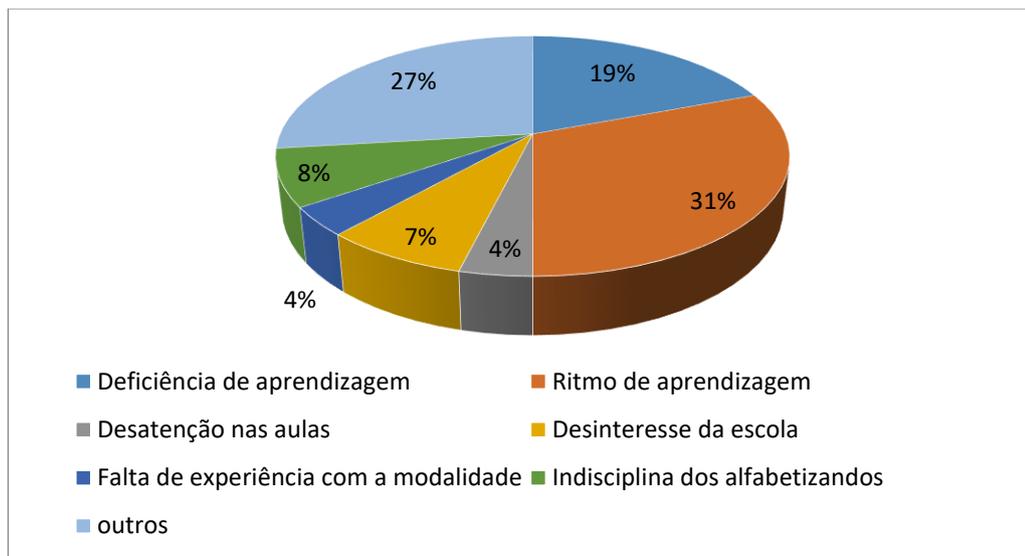
Gráfico 2 – Qual o motivo que levou o Alfabetizador fazer parte do Programa Brasil Alfabetizado



Fonte: Própria Autoria

Com relação a qual foi a maior desafio enfrentado na sua prática docente no Programa Brasil Alfabetizado, está bem explanado no Gráfico 3, no qual podemos destacar o ritmo de aprendizagem dos alfabetizandos com 31%, vale ressaltar que quando o Alfabetizador refere-se as outras situações, com 27% a questão da carga horária do programa poderia ser aumentada e com uma melhor remuneração.

Gráfico 3 – Qual foi o maior desafio enfrentado na sua prática docente do Programa Brasil Alfabetizado



Fonte: Própria Autoria

E com relação a oferta de formação continuada para os Alfabetizadores do programa, 85% afirmam que participaram efetivamente das formações e que 15% não participaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tabulação e análise dos dados coletados, traçamos o perfil das/os alfabetizadoras/es e observamos que esses profissionais na sua maioria é constituída por mulheres negras(10%) ou pardas(70%), que estão na faixa etária entre 18 e 48 anos, e que boa parte têm ensino superior incompleto (44%) ou que concluíram somente o ensino médio (23%), porém também temos 20% de alfabetizadores com licenciatura e 3% com mestrado.

Vale ressaltar que quando perguntado qual motivo o Alfabetizador resolveu participar do programa, 46% afirmaram que sua motivação foi poder ajudar as pessoas com sua prática pedagógica, contribuindo para a redução/erradicação do analfabetismo no município, mas também fica claro que outro aspecto motivador para inserção no programa é o fator econômico, visto que 34% declararam estar desempregados e 31% queriam melhorar sua renda familiar, assim o programa é uma alternativa de sobrevivência diante da realidade vivida pelos mesmos no município.

Verificamos, ainda, que nas turmas do PBA essas/es alfabetizadoras/es trabalham com estudantes que estão a muito tempo sem estudar ou que nunca estudaram por diversos motivos, dentre eles, necessidade de trabalhar e cuidar da família. O que exige além de uma concepção de alfabetização libertadora, o respeito à especificidade do ato de ensinar e aprender além da aquisição da leitura e escrita, a formação humana, a valorização da diversidade e a construção da cidadania.

Tal necessidade foi trabalhada nas formações ofertadas pela coordenação do programa, que partindo da realidade dos alunos, produzissem materiais pedagógicos que tornassem as aulas mais atrativas e significativas na construção do conhecimento dos jovens e adultos e suas especificidades.

Contudo, diante dos dados destacados na análise apresentada, é possível apontar algumas recomendações que favoreçam o aperfeiçoamento da oferta das ações do PBA no município, como a exigência de requisitos mínimos inerentes à prática docente, sobretudo ao ato de alfabetizar, assim como a formulação de uma política pública para alfabetização de jovens e adultos própria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL, Decreto N.º 4834 de 08 de setembro de 2003. Cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire, e dá outras providências. Brasília, DF: Portal Câmara dos Deputados, (2023). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4834-8-setembro-2003-457334-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.834%2C%20DE%208%20DE%20SETEMBRO%20DE,a%20finalidade%20de%20erradicar%20o%20analfabetismo%20no%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

BRITO, José A. M. de. **As práticas de letramento no contexto da EJA**. Manaus: UFAM, 2011.

CARLI, Solange Auxiliadora Souza. **Políticas públicas para a eja (educação de jovens e adultos) no sistema de ensino de belo horizonte no período de 1990/2000: ordenamentos legais e efetivação institucional**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2004.

GARCIA, Stella de Lourdes. Alfabetização de Adultos na perspectiva de educandos? Experiências pessoais e sociais. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos: UFCAR, 2006, 166.p.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos. Teoria, prática e proposta.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Di. **Escolarização de jovens e adultos.** Rev. Bras.Educ. [online]. 2000, n.14, pp.108-130.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Direito à Educação. In. CALDART, R.S; et al. (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Pp. 215-222.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; BEIRAL, Hellen Jannisy Vieira; FERRARI, Glaucia Maria. **As Políticas de Educação de Jovens e Adultos na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB.** Unisul, Tubarão, v.11, n. 19, p. 40 – 57.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. Em aberto. Divisão do Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, v. 22, n. 82, p. 5-6, nov. 2009.

MEC, Ministério Da Educação. **Resolução Mec/FNDE CD N.º 33 de 09 de julho de 2007:** Estabelece os critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil.** Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Edições Loyala, 6ª ed. 2003.

UNIÃO, Diário Oficial Da. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2022:** Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos Entes Executores. 121. ed. Brasília: DOU, 2022.